



**PESQUISA HISTÓRICA:  
RETRATOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

DEDALUS - Acervo - FE



20500025784

x



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Biblioteca / FEUSP  
45846

1. *Introduction*  
2. *Methodology*

Denice Barbara Catani\*

MEMÓRIA E BIOGRAFIA:  
“O PODER DO RELATO  
E O RELATO DO PODER”  
NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO\*\*

O presente texto analisa alguns aspectos relativos ao problema da profissionalização dos professores no Brasil Republicano (principalmente no período 1889-1930) e ao processo de constituição do campo educacional tal como é apresentado por fontes privilegiadas, que são dois escritos marcadamente biográficos e um documento memorialístico de celebração, produzidos em São Paulo. Examina, particularmente, tais obras, porque é possível considerar que as mesmas atuam no processo de “sacralização” de categorias interpretativas aplicadas ao trabalho docente e, além disso, colaboram para instaurar um apagamento da participação dos professores na delimitação de seu próprio espaço profissional, nas análises posteriormente feitas da história da educação, no período. Essas obras são *Um Retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo*, de João Lourenço Rodrigues; *O Ensino em São Paulo: algumas reminiscências*, de José Feliciano de Oliveira, ambas editados nos anos 30 e a *Poliantéia Comemorativa do Primeiro Centenário do Ensino Normal em São Paulo* (1846-1946).

As obras de João Lourenço Rodrigues e de José Feliciano de Oliveira fornecem material sobre a organização do ensino no período, em textos estruturados a partir de recordações pessoais (e de alguns documentos) dos autores – professores que ocuparam postos privilegiados na hierarquia do sistema escolar –, que dão seu testemunho sobre a vida na escola, fazem sobressair alguns perfis de educadores e sustentam que sua versão da história do ensino público “repõe a verdade e faz a justiça”. A *Poliantéia*, obra de celebração do campo educacional, outra fonte riquíssima de informações, colabora para a instauração de uma memória harmônica do espaço profissional e, como no caso das duas outras obras, pretende consagrar modos de interpretação. Esses textos, forjados na perspectiva das idealizações de caráter moral, muitas vezes promovem o apagamento das disputas internas ao campo educacional e contribuem para a elaboração de uma história do trabalho docente,

\* Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

\*\* Trabalho apresentado na 17ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, Minas Gerais, outubro de 1994. A expressão “poder do relato e relato do poder” foi tomada de empréstimo a Louis Marin, que a cunhou como título de seu artigo: “Pouvoir du récit e récit du pouvoir”, publicado em *Actes de La Recherche em Sciences Sociales*, Paris, Éd. de Minuit, n 25, jan./1979, p. 23-43.

que tende a sacralizar a visão harmônica das relações sociais e da atuação de uma categoria que mescla espírito de sacrifício e moralismo na definição de si própria.

Interessando-se por esse conjunto de questões, o trabalho aponta para a análise do lugar dos escritos biográficos na construção da memória social da categoria profissional e da história do campo educacional e seu estatuto enquanto fontes de investigação. Além disso, ao buscar caracterizar questões relativas à profissionalização dos professores, recorre-se a materiais e informações advindos de fontes variadas e isso permite apreender múltiplas configurações dos processos característicos do campo. Embora existam diversos estudos históricos que buscam explicitar o processo de profissionalização via formação escolar, dando especial ênfase ao desenvolvimento das escolas normais, análises sobre a profissão vinculadas às tentativas de organização, as entidades de defesa da categoria e a atuação da mesma nas lutas por salários e condições de trabalho estão ainda por ser feitas, no Brasil.

\* \* \*

Algumas das versões que hoje se poderia ter como “clássicas” da história da educação republicana, no Brasil, têm feito sobressair os anos imediatamente posteriores à instauração do regime, ou seja, a última década do século passado e os anos vinte. Esses dois momentos tendem a ser apontados pelos estudiosos como período de grandes realizações, interesse pela educação e debates intensos. Justamente porque a ótica é essa dos debates amplos e do empenho em reformas, os primeiros anos do século XX têm sido considerados como destituídos de relevância. As interpretações, de acordo com as quais relega-se a um plano meio obscuro esses anos iniciais do século, sustentam que eles foram preenchidos, principalmente, por preocupações com “técnicas pedagógicas”.<sup>1</sup>

Ao tentar compreender o que se passa nesse período de aparente “marasmo”, após o “surto entusiasta” do final do século passado e a efervescência dos debates dos anos vinte, observa-se que, no caso paulista, foram os homens do período, em especial João Lourenço Rodrigues e aqueles que se agruparam na primeira entidade de defesa da categoria do magistério, a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, que instauraram a visão de seu tempo como um período um pouco obscuro e fizeram-no mediante relatos nostálgicos de invocação de um período áureo perdido com a virada do século. Essa nostalgia, aliás, permeou também as práticas da Associação do Professorado e pareceu cumprir um duplo papel: fornecer um paradigma de análise e solução das questões educacionais, dado pela atuação e as medidas dos primeiros reformadores republicanos, e ao mesmo tempo, reafirmar a existência de tradições a serem cultivadas ou celebradas, instaurando e fortalecendo os limites do campo que se estava organizando profissionalmente pela unificação seus integrantes.<sup>2</sup>

Certamente se pode considerar que esses anos de “penumbra” para o professorado, como os define João Lourenço, foram os anos de organização do espaço profissional, de delimitação de questões de ensino e dos modos legítimos de tratá-las, da criação de revistas especializadas em educação, destinadas a exibir e fazer circular saberes e práticas profissionais e mesmo da instauração de tradições. É desse processo de organização que participam os professores do período, mas serão esses mesmos professores e o seu trabalho cotidiano que irão desaparecer no cenário das interpretações históricas tradicionais, preocupadas em recuperar as reformas, as idéias, os grandes eventos e debates. Do ponto de vista das obras memorialísticas que poderiam, em tese, estar mais afeitas a considerar a atuação dos professores, enquanto profissionais em seu trabalho cotidiano, encontram-se sintomáticas omissões ou algumas referências muito breves.

<sup>1</sup> Tais interpretações podem ser lidas especialmente em Fernando de Azevedo (*A Transmissão da Cultura*) e Jorge Nagle (*Educação e Sociedade na Primeira República*).

<sup>2</sup> Sobre a Associação ver CATANI, Denice B. *Educadores à meia luz – Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)*. São Paulo, FEUSP, doutorado, 1989 (mimeo).

Para explicitar o que se está afirmando convém tomar a questão do trabalho e da condição profissional nessas obras, e verificar como aparecem. Observe-se, em primeiro lugar, a obra de João Lourenço Rodrigues, que viveu entre as últimas décadas do século passado e a primeira metade do século XX. Este foi aluno da Escola Normal de São Paulo e professor de várias escolas importantes, da capital e do interior. Além disso, participou ativamente, nos primeiros anos de existência, da Associação do Professorado Público, além de ter sido Inspetor Geral da Instrução Pública do Estado, entre 1907 e 1909. Considerado como um dos homens importantes do ensino público paulista, é um dos biografados na *Poliantéia Comemorativa do Ensino Normal (1846-1946)* e de sua obra se diz: “Em agosto de 1930 saem a lume *Um Retrospecto* e *Livro Jubilar* com o histórico do ensino em São Paulo. Obra-padrão, livro-matriz o primeiro seria fonte de quantos quiserem saber das glórias e das vicissitudes de nosso passado pedagógico.” De fato, *Um Retrospecto* pode ser lido como um texto-fundador da história da educação brasileira, e em especial paulista, concebido no afã moralizante de seu autor, que julga estar no cumprimento de seus deveres, transmitindo o patrimônio de “idéias, usos tradicionais, normas de ação ou processos técnicos”. São suas palavras: “Entre nós, ao que parece, os escritores didáticos ainda não se capacitaram da existência de tal dever. Nenhum deles, que eu saiba, chegou já a compreender a necessidade de relatar, em benefício dos seus colegas e das futuras gerações, os resultados da sua experiência individual, em matéria de ensino.” (*Um Retrospecto*, p.7).

É, então, imbuído desse dever e auto-investindo-se como portador da verdade sobre os acontecimentos, que João Lourenço reúne informações e constrói interpretações que viriam a reaparecer em outros estudos sobre o período. Ele propunha-se, assim, a alinhar os documentos em ordem cronológica e oferecê-los como elementos para futuras construções. Diz ele: “...colocarei de permeio, como argamassa indispensável para a solidez do conjunto, uma narrativa muito sóbria, muito despretensiosa, que, situando convenientemente essas fontes históricas, as torne inteligíveis e sirva ao mesmo tempo de fio condutor entre elas.” (*Um Retrospecto*, p. 8). Para apreender os traços da forma pela qual João Lourenço apresenta elementos para a história da profissionalização dos professores, importa recuperar algumas informações sobre a situação desses profissionais, desde o final do século passado. Em 1878, o então diretor da Escola Normal, em seu relatório, refere-se aos docentes como os “mendigos do funcionalismo” que viviam na falta de reconhecimento social e de compensações materiais para o seu trabalho. A expressão até faz lembrar a que veio a ser, bem mais tarde, empregada por Wright Mills, quando ao falar sobre as novas classes médias, refere-se aos profissionais do ensino como “proletários das profissões liberais”. Anteriormente, em 1873, Francisco Aurélio de Souza Carvalho, na condição de Inspetor Geral da Instrução Pública, sustentava em relatório: “O ensino público não inspira a menor confiança e nem pode tornar-se proveitoso, porque a corporação docente, em sua generalidade, ou é incapaz ou vive desviada de suas funções magisteriais e entregue a ocupações de outra ordem.” Os trechos do relatório são transcritos por João Lourenço que, ao avaliar, então, a situação dos professores, assevera: “Mais do que o preparo intelectual, faltava-lhes o sentimento de dignidade pessoal, que é o requisito imprescindível num educador.” (*Um Retrospecto*, p. 42-43).

Em 1914, o próprio João Lourenço referia-se à melhoria do sistema de ensino como dependente do “entusiasmo dos professores”, do “apoio do meio social” e do “bafefejo da alta administração” e perguntava-se: “Ora (...) podemos nós porventura contar com essa triplíce condição de sucesso, quando vemos a classe do professorado relegada na penumbra de um plano inferior, mourejando no meio da indiferença geral, sem animação por parte dos poderes públicos, vencendo estipêndios irrisórios, numa época de vida caríssima, o que equivale a dizer sem compensações no presente, sem garantias no futuro?” Tal desabafo não integra as páginas de *Um Retrospecto*, mas sim foi publicado na *Revista de Ensino* (da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, em março de 1914, em texto intitulado “Conferências”, p. 23-32). Várias são as oportunidades em que o autor, no texto de *Um Retrospecto*, transcreve relatórios e documentos nos quais se afirmam as precárias condições de trabalho do professorado, e principalmente o faz com pronunciamentos anteriores à obra dos reformadores republicanos. Tal é o caso do relatório do Inspetor Geral Artur César

Guimarães (1885) que denuncia, além dos baixos salários dos professores, a necessidade dos mestres providenciarem às suas próprias custas o aluguel das salas de aulas. O texto de João Lourenço dá conta de um grande número de situações trágicas a que os mestres estiveram expostos e às quais o conjunto de medidas dos reformadores republicanos, dentre eles, Caetano de Campos, vieram amenizar.

Ao finalizar seu livro, João Lourenço intitula o seu último capítulo “A lição dos fatos” e abre o mesmo, lembrando: “O culto da tradição pela tradição é prática estéril. A contemplação do passado só se torna realmente útil quando se encaminha a bem interpretar o presente, em busca de melhores diretivas para a nossa atuação futura.” (*Um Retrospecto*, p. 427). Pois bem, a partir daí ele vai mostrar que embora a obra das reformas republicanas prossiga, muitas vezes os esforços dos legisladores não convergem para essa obra. Cita então a Lei nº 88 de 8/9/1892, que ele considera uma espécie de Magna Carta dos professores paulistas, para mostrar que esta havia estabelecido estímulos sob a forma de aumento de salários aos dez anos de exercício (a quarta parte do ordenado), aos quinze anos mais a terça parte e aos vinte e cinco anos mais a metade. Lembra-se então que quando se estava prestes a completar o primeiro desses prazos, a partir da lei, o Congresso suspendeu essa determinação. E ainda mais, logo em seguida, em 1904, “estendendo aos membros do magistério o ônus estabelecido para as outras classes de funcionários públicos, reduziu-lhes os vencimentos de quinze por cento”. (*Um Retrospecto*, p. 430). E assim prossegue o autor dando outros exemplos da forma como os legisladores tratam profissionalmente o magistério. O que importa assinalar, no caso, é que ao construir o texto, João Lourenço propõe-se a “bem encaminhar o presente, em busca de melhores diretivas para nossa ação futura” e o faz de um lado, exaltando a obra dos reformadores, em especial Caetano de Campos e de outros, tornando ausentes os professores enquanto categoria que, entre 1901 e 1919, se haviam congregado em entidade e participavam ativamente dos debates, das críticas e das reivindicações sobre os modos de organizar o espaço profissional escolar.

Por que a Associação Beneficente do Professorado desapareceu da narrativa de João Lourenço? A *Revista de Ensino*, órgão de divulgação da entidade, é mencionada apenas de passagem, para referir-se a um artigo do autor, mas não enquanto o veículo porta-voz, por excelência, de um projeto de representação do professorado, do qual o próprio autor participou como membro da comissão de redação, em seu início. A propósito, apenas para dar um exemplo, dos episódios acima descritos sobre os salários, a *Revista de Ensino* e a Associação revelaram-se extremamente combativas, alertando com frequência para a necessidade dos professores participarem como especialistas na elaboração da legislação sobre a educação. Ora, a montagem do relato de João Lourenço resulta em descrição que relega aos governantes a decisão e a solução dos problemas, desconsiderando, mesmo, o potencial da atuação dos professores. Ao se examinar as posições ocupadas pelo autor, observa-se que da atuação na Associação, nos primeiros anos do século, à entrada na Inspeção de Ensino, na qualidade de Inspetor Geral em 1907, também houve oportunidade para a neutralização da atuação do professorado.

À frente da Inspeção Geral da Instrução Pública, João Lourenço edita em 1908 o primeiro *Anuário de Ensino* do Estado de São Paulo, obra na qual se exhibe, como em catálogo, as excelências do sistema educacional e propõe-se um projeto de atuação propugnando pela qualidade de ensino e pelas condições de trabalho para os docentes. Também, nesse caso, não se fala da participação da Associação ao dar forma às suas reivindicações que, de pauta da entidade, transforma-se em plataforma da instância burocrática em organização. Assim, os sucessivos deslocamentos do autor pelo espaço profissional do magistério, ao longo de sua vida, vai impondo à sua percepção sucessivas alterações, de modo que ao elaborar a narrativa de *Um Retrospecto*, a sua “contemplação do passado” se traduz numa visão de grandes feitos e de grandes homens, de tal modo que o texto termina pela exaltação de Caetano de Campos, Rangel Pestana, Gabriel Prestes mesmo e um profundo silêncio sobre a movimentação da categoria e a atuação da Associação, endossando a representação que ele próprio utilizara e deixando na “penumbra” os educadores desses primeiros anos do século. Em seu papel de “textofundador para a história da educação brasileira”, a obra de João Lourenço colabora para instaurar uma história

da profissionalização a partir da ótica dos governantes que, em alguns momentos, apresentam a moralização como a condição essencial à melhoria do sistema educacional.<sup>3</sup>

De caráter um pouco diverso, mas igualmente polêmico, o livro de José Feliciano de Oliveira, *O Ensino em São Paulo – Algumas reminiscências*, é freqüentemente citado pelos que estudam a história do período. O autor que, como João Lourenço, viveu as décadas finais do século passado e a primeira metade desse, exerceu o cargo de docente da cadeira de Astronomia na Escola Normal (cadeira extinta em 1904), e aí também ensinou outras disciplinas. Seu livro é apresentado, em edição de 1963, como “documento indispensável à história da Instrução Pública”, com a advertência de que a impressão feita em 1932 havia desaparecido: “É vulgar em nossa terra o sistema de suprimir obras pelo silêncio da imprensa, pelo tabu, com que os críticos malévolos as rodeiam. Assim ficou (*sic*) sem efeito os documentos e os argumentos sólidos que contrastam as preferências de certos meios e revelam os pés de barro de seus ídolos” (p. 6). Muito menos contido do que o texto de João Lourenço, neste o autor mostra-se irônico e muitas vezes ressentido com relação ao modo pelo qual se conduziram as questões da política educacional no estado. Se é fato que os textos biográficos deixam entrever mais intensamente o lado subjetivo dos processos institucionais, é exatamente nesta direção que o texto de José Feliciano se estrutura.

Ele produz de si, no texto, uma imagem de cidadão atuante, empenhado nas causas da educação e da imprensa. Partilhando das críticas à situação do ensino anterior à República, sustenta em artigo transcrito de um jornal, e que fora publicado em 1886: “O mal não está nos métodos e programas que alguns indivíduos possam fabricar da noite para o dia, fazendo-os passar sem discussão entre outros que nada percebem dessas coisas. (...) Reformem os professores, que neles está o mal de nossa péssima instrução, só eles farão o que reformas e reformadores em balde se afadigam para ver realizado. Entre nós o que são os professores? Homens em sua maioria inabilitados para educar e sem apego à profissão, porque nem ao menos daí tiram o necessário ao seu viver. Forneçam-lhes fáceis meios de se instruírem e recompensem-nos de modo que possam se dedicar exclusivamente ao magistério” (*O Ensino em São Paulo ...*, p. 27-28). A argumentação característica dos professores ao avaliarem suas condições de trabalho, na virada do século, estava aqui esboçada: mesclava-se o apego à moralidade com as reivindicações de melhoria salarial, dando-lhes igual peso. Esse modo de considerar a questão, que aparece como marca distintiva do discurso da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, é ainda partilhado por José Feliciano na oportunidade em que rememora sua própria dedicação e o idealismo com que juntamente com outros colegas criou e manteve classes para ensinar operários, numa iniciativa que depois foi imitada por “mercadores”, segundo ele, professores com trabalho diurno, apenas interessados em dobrar o salário.

Muito pouco otimista com os rumos tomados pela educação desde a reforma republicana, o autor vai insistir em avaliá-la a partir dos equívocos dos próprios professores: “Com passageiros governos, improvisados ministros, deputados bacharéis ou simples políticos eleitorais; com professores esparsos, desagregados, que, no exercício da profissão, cuidam às vezes mais de outras cousas que do ensino; com os primeiros a reformar o que particularmente ignoram; com professores que não vivem só da profissão oficial, nem se preparam ou se agremiam para garantir unidos a vida material, para desenvolver a vida intelectual e ter voz ativa na reformação do ensino – é baldado pensar em reforma estável da instrução pública em nossa terra.” (*O Ensino em São Paulo...*, p.54-55). Diferentemente do texto de João Lourenço, o de J. Feliciano ainda que se aplique a exaltar a ação de indivíduos, traçando deles descrições profusas, construindo perfis de educadores do seu tempo, como Dona Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Miss Marcia Browne, diretoras das Escolas Modelo, Carlos Escobar, Artur Breves e principalmente Gabriel Prestes, o autor aplica-se sempre a referir à possibilidade de organização dos professores enquanto categoria, como a mais prometedora para os mestres e os rumos do ensino.

<sup>3</sup> Ver *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1908)*, e sobre os *Anuários*, ver Catani, D. B. “Informação, disciplina e celebração: os *Anuários de Ensino de São Paulo*”, trabalho apresentado na 16ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, 1993.

O texto como um todo parece erigir-se para fazer justiça a Gabriel Prestes, que de acordo com J. Feliciano teria sido o verdadeiro artífice das reformas do ensino paulista e não Caetano de Campos, como insistem outros historiadores. A distância entre a sua interpretação e a de João Lourenço explicita-se e aprofunda-se nas referências que faz ao *Anuário de Ensino do Estado de São Paulo* (1907-1908), concebido por este, e que consiste numa das peças importantes na sagação de Caetano de Campos, especialmente lembrado em tom laudatório quando se descreve a “evolução do ensino normal no estado”. Aqui e ali o texto de *O Ensino em São Paulo...* deixa entrever disputas e discórdias – o campo em estruturação já possui objetos legítimos em torno dos quais as lutas se travam. Menos estreitamente ligado ao poder do que João Lourenço, José Feliciano não se atém em “apagar” informações para criar representações favoráveis deste ou daquele integrante do espaço profissional. Do seu trabalho emergem algumas menções que, de fato, atestam a movimentação dos professores em direção ao seu auto-reconhecimento enquanto profissionais. Relata experiências frustradas que ele e alguns dos colegas que, em 1901, e nos anos subseqüentes, estariam à frente da Associação Beneficente, viveram ao tentar, como diz, “agremiar o professorado”, a fim de promover a “melhoria do ensino, o estímulo ao mestre e a mobilização da classe”. Uma ponta de ironia e desânimo é acrescentada: “A classe não nos compreendeu. Sua miseranda condição exigia antes de tudo uma Caixa Beneficente – que achamos prematura... Retiramo-nos da reunião e... fomos trabalhar para todos em geral, para o ensino de todo o Estado, a fim de beneficiar melhor nossa classe” (*O Ensino em São Paulo...* p.45). Outras referências são feitas a esforços da mesma natureza e o próprio fato parece evidenciar que o autor interessa-se em propagar uma percepção do espaço profissional que situa os professores como agentes mais ativos do trabalho de organização e delimitação do campo educacional.<sup>4</sup>

É preciso ressaltar que a diversidade dos relatos de João Lourenço e de José Feliciano deve-se, entre outras coisas, à maneira pela qual demarcam sua posição de relatores: ambos arvoram-se em “guardiões do passado” da história da educação paulista, mas o primeiro mostra-se mais afeito a julgar os acontecimentos de modo a louvar os feitos e o sistema de ensino público. Publicou seu texto, marcadamente biográfico, como “memória elaborada por ocasião do Cinquentenário da Escola Normal da Capital”, sustentando que de há muito estava se preparando para dar o seu depoimento. No seu entender, o depoimento prestará um serviço à educação paulista porque nenhum dos “escritores didáticos (...) chegou já a compreender a necessidade de relatar, em benefício dos seus colegas e das futuras gerações, os resultados da sua experiência individual, em matéria de ensino”. (p.7). Assim, mescla de documento histórico, autobiografia e obra de comemoração, *Um Retrospecto* investe seu autor, e se nutre desse investimento, numa condição superior de quem pode e sabe o que se deve reter da história, para apresentá-la como versão neutralizada e objetiva: entre os documentos e o depoimento, instauram-se várias séries narrativas no interior do relato, de modo a fazer situar o próprio autor. De aluno da “escola de outrora”, a professor que enfrentava as agruras do sistema de ensino precário, de Inspetor Geral a docente e diretor de escolas renomadas, seus deslocamentos increvem-se nessas séries: nenhuma desarmonia. Recorrendo ainda a L. Marin, seria possível dizer que retrato e cenário se integram, como bem propunha o historiador Pelisson, que se oferecia para fazer a “História de Luis XIV”. No Projeto dessa história é que se evidencia a força da idéia que Marin usa para o título de seu trabalho, ao mostrar o que chama de “medida de reversibilidade da expressão: poder do relato, relato do poder”. (Louis Marin, p.25)<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> A idéia de que o campo educacional em estruturação já possui objetos legítimos em torno dos quais as lutas se travam é devedora da formulação de P. Bourdieu. Segundo ele, os campos são espaços em que os agentes se agrupam ocupando posições definidas pela maior ou menor probabilidade de dominação, de acordo com a posse de capital específico daquele espaço. Ver, por exemplo, “Algumas Propriedades dos Campos”.

<sup>5</sup> Roger Chartier dedicou o livro que organizou, *Pratiques de la Lecture* (Paris, Éd. Payot et Rivages, 1993), a Louis Marin, que nele tem um trabalho intitulado “Lire un tableau. Une lettre de Poussin en 1639” (p.129-157), no qual as questões da legitimidade e visibilidade são tratadas agudamente. Além disso, Marin escreveu *Le portrait du Roi*, Éd. de Minuit, entre outras obras. O artigo “Pouvoir du récit et récit du pouvoir”, aqui referido, dá conta de analisar em cuidadosa desmontagem as operações de construção do Projeto de Pelisson para a escrita da História de Luis XIV, onde se oferece ao rei a possibilidade de ver-se como sujeito histórico e origem de toda a história.



Proporções devidamente guardadas, o que chama a atenção é a natureza das operações acionadas pelo autor para situar seu texto ora no plano do relato histórico, documental, ora memorialístico, biográfico; essa oscilação beneficia o alcance do texto para a leitura da posteridade. Já *O Ensino em São Paulo*, as reminiscências de José Feliciano, se inicia pela constatação de que a geração tem sido injustiçada pelos jovens: “A nós só nos cabe legar documentos, testemunhos à minguada posteridade nossa, para que ela os tome em consideração e definitivamente nos julgue (p. 7). Propondo-se também a estabelecer o verdadeiro relato, o lugar do autor é demarcado por uma permanente lembrança da injustiça. Injustiças vividas pelas limitações do sistema de ensino: o professor iniciante que aluga a sala e paga de seus próprios proventos e o professor experiente que vê sua cadeira ser extinta. A insistência é em parecer desejar menos do que se propôs: “Não estou fazendo história do ensino moderno em minha terra. Ao correr da pena, lanço aqui alguns traços reminiscentes, em favor da geração a que pertencço – como aluno simples, como aluno-mestre, que aprende sempre, que aprendeu ensinando.” (p. 12). Mas, todo o relato é entretido pela exaltação dos professores, exibindo dados sobre a escassez dos salários e falando algumas vezes da necessidade de organizar a categoria e apontando a injustiça da professora estrangeira ter maior salário para vir aqui ensinar novos métodos sem saber bem a língua portuguesa.

Em certa medida, as *Reminiscências* buscam destruir a memória harmônica do espaço profissional, pela invocação de oposições e desilusões, mas também porque fazem uma defesa acirrada da corporação profissional. O relato de José Feliciano pretende instaurar seu poder de referir a verdade por estar entre os outros professores e crer que estes podem saber o melhor para o ensino; o de João Lourenço parece instaurar seu poder por saber e atribuir aos homens públicos o que convém ao magistério e ao ensino. No prosseguimento do trabalho de confronto dos modos de fundar os relatos biográficos como base de informações para a história da educação e da profissão docente, caberia ainda rastrear as referências das obras que explicam esse período, diagnosticando as várias modalidades de apropriação que foram realizadas dessas interpretações, o que não será feito, no momento. O que se apontou desde o início foi uma espécie de busca das referências sobre a atuação, movimentação e participação na organização do campo e da história da educação, desses educadores, que não se tornaram monumentos ou “bustos”, como quer José Feliciano, preocupado em corrigir as versões históricas para não permitir que se erguessem homenagens a quem não as merecesse. É ele quem diz: “Nós temos andado a multiplicar monumentos, estátuas, hermas, por decisão particular dos admiradores, dos partidários, dos camaradas, amigos, parentes, discípulos dos glorificandos. Há nesses julgamentos respeitáveis motivos particulares, mas insuficientes para a consagração pública, para públicos monumentos, expostos à veneração de todo o país...” (p.35). A partir daí, J. Feliciano mostra como seria melhor proceder de modo a reconhecer a verdadeira obra e a atuação do Professor Gabriel Prestes, mais do que a do médico Dr. Caetano de Campos, como ele diz várias vezes.

Modos de instaurar reconhecimentos e propor esquecimentos sempre foram acionados pelos campos profissionais, a fim de delimitar tradições e legitimidades. O exame, ainda que breve, porque baseado em sistematizações preliminares, de uma obra de celebração como a *Poliantéia Comemorativa do 1 Centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946)*, atesta exemplarmente o que se afirma e parece complementar a análise do papel desempenhado pelas obras de João Lourenço Rodrigues e José Feliciano de Oliveira. Ao se acompanhar a análise proposta por Sérgio Miceli com relação ao processo de “construção institucional” da Igreja Católica no Brasil republicano, e ao se pensar que, nos anos pouco movimentados do campo educacional tal como é descrito por alguns estudiosos, também se processa uma fase de organização do espaço profissional e de delimitação das questões e legitimidades, é possível examinar o papel desempenhado pelas obras de celebração de modo semelhante. Este autor mostra que as “poliantéias” constituem obras que realizam “um gênero extremado de apologia organizacional”, conferindo aos homenageados um tratamento altamente honorífico. Com relação a outras obras editadas para constituírem uma versão oficial dos processos institucionais que se desenrolaram no campo educacional, a *Poliantéia* do ensino normal atua como os *Anuários de Ensino* da

Diretoria da Instrução organizando a visibilidade do sistema e de seus agentes. (*A Elite Eclesiástica Brasileira*, p. 52 e ss.)

Obra composta em cento e trinta e sete páginas sob a responsabilidade de uma comissão de professores das escolas públicas, tem em sua apresentação os termos da vocação missionária, espalhada por alguns para caracterizar o professorado: “Eis aqui a Poliantéia do Centenário, o cumprimento do dever que assiste de cultuar o passado do ensino paulista.” Tais são as palavras iniciais do “Pórtico Liminar” da edição comemorativa. Obra de classificação, a *Poliantéia* hierarquiza as legitimidades desde o grande mestre Caetano de Campos, em torno do qual o texto se organiza, até pequenos mestres que a ele se assemelhavam. Grandezas medidas pelo tamanho das biografias. O ausente José Feliciano de Oliveira teria notado a desproporção entre a extensão das biografias de Gabriel Prestes e Caetano de Campos. João Lourenço Rodrigues, biografado em porte médio tem sua obra reconhecida como “obra-padrão, livro-matriz”, ao qual certamente não cabe contrapor a visão concorrente das reminiscências de José Feliciano. A “classe”, como diria esse último, se representa pela nomeação enquanto diretores e professores de todas as escolas normais do estado e, mais esparsamente, pelas referências, em algumas biografias, à “desejada e esperançosa corporação de professores”, a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo. De resto, alertas para a missão, o sacrifício, os espinhos e as flores da carreira, bem dirigida e organizada pelos grandes homens. Assim, a *Poliantéia* leva ao exagero a tarefa de sagração: é preciso criar as legitimidades, garantir-lhes o culto e assentar as modalidades de trânsito no campo educacional. Os estudos sobre a profissionalização dos professores não podem prescindir, evidentemente, de considerar esse jogo de classificações e iluminações pelos quais a categoria ergue seus monumentos e ordena seus profissionais.

Na *Poliantéia* só existem excelências e figuram êxitos e, decerto, José Feliciano gostaria de revisá-la, ao seu modo, destruindo justamente o caráter de oficialidade que ela instaura pelo elogio da ação legal e institucionalizada. “Relato do poder”, no campo educacional, ela se constrói no cruzamento do documentário e da apologia para criar as imagens da memória social dos professores – nisso reside seu “poder de relato”.

## Bibliografia

- Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1907-1908)* (Publicação organizada pela Inspeção Geral do Ensino por ordem do Governo do Estado), São Paulo, Augusto Siqueira e Cia., s.d.
- AZEVEDO, Fernando de. “A transmissão da cultura”. In: AZEVEDO, F. *A Cultura Brasileira*. 5ª ed. São Paulo, Melhoramentos / Brasília INL – MEC, 1976, 3ª parte.
- BOURDIEU, Pierre. “Algumas propriedades dos campos”. In: *Questões de Sociologia*. Trad. Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro, ed. Marco Zero, 1983.
- CARVALHO, Marta M. C. “Escola, Memória, Historiografia: a produção do vazio”. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação CEAD, Vol. VII, nº 1, jan.-mar./1993.
- CATANI, Denise Barbara. *Educadores à meia luz – Um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1919)*. São Paulo, FEUSP, doutorado, 1989 [mimeo].
- \_\_\_\_\_. “Informação, Disciplina e Celebração: os *Anuários de Ensino* de São Paulo”, texto apresentado na 16ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, Minas Gerais, 1993 [mimeo].
- MARIN, Louis. “Pouvoir du récit et récit du pouvoir”. In: *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Éd. de Minuit, nº 25, jan./1979, p. 23-43.
- MICELI, Sérgio. *A Elite Eclesiástica Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1988, p. 152-153.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU – EDUSP, 1974.
- OLIVEIRA, José Feliciano. *O ensino em São Paulo: algumas reminiscências*. São Paulo, Tipografia Siqueira, 1932. *Poliantéia Comemorativa do Primeiro Centenário do Ensino Normal em São Paulo (1846-1946)*. São Paulo, Gráfica Brésica, 1946.
- RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino em São Paulo*. São Paulo, Instituto Ana Rosa, 1930.